



## Reflexões Breves sobre a Cooperação Portuguesa e Europeia

CARLOS SANGREMAN

Universidade de Aveiro

---

1. Para começar queria esclarecer qual a síntese das posições que penso Portugal devia adoptar como forma de responder à questão de como desenvolver os países que ainda não conseguem atingir as médias de bem estar das zonas mais ricas.
2. Repare-se que não é indiferente adoptar uma ou outra síntese; por exemplo se concordarmos que a versão do Banco Mundial chamada “washington consensus” é a correcta teremos uma cooperação sempre mais apoiada na promoção da economia privada e dos empresários, com o Estado com um papel regulador e prestador de serviços onde a iniciativa privada não existe. Se adoptarmos a visão da equipa do PNUD que elabora o Índice de Desenvolvimento Humano teremos uma cooperação apoiada nos sectores sociais e na correcção dos erros do mercado que originam maior pobreza, com um papel do Estado mais activo em todas as áreas económicas e sociais na orientação da afectação dos recursos.
3. O que nos parece que Portugal deve adoptar como síntese de orientação para definir a sua cooperação internacional em articulação com a União Europeia são as proposições seguintes:
  - a. os erros do mercado na criação de desigualdades, pobreza e exclusão, violações de direitos humanos ou ambiente não são corrigidos pelo próprio mercado;
  - b. os erros do Estado no mau funcionamento das instituições, de corrupção, de fixação artificial de preços, e no acesso a recursos por grupos sociais em seu próprio proveito podem permanecer em diferentes graus com o sistema democrático inspirado no modelo europeu;
  - c. o indicador base de avaliação de qualquer processo de cooperação é a sua contribuição para o avanço ou recuo do bem – estar humano e sustentado da população em geral e não de elites mais ou menos alargadas.
4. Ao adoptar estas proposições como orientadoras da Cooperação Internacional, Portugal deverá organizar – se em programas e projectos com entidades estatais e organizações não governamentais, incluindo empresas privadas, tendo sempre por base de avaliação a evolução dos indicadores sociais a nível das famílias e não só nacionais.
5. A União Europeia alterou significativamente o seu principal instrumento de cooperação internacional em Cotonou, 2000; as grandes diferenças são fundamentalmente:
  - a. a existência explícita de três pilares para a cooperação ACP-UE – a cooperação para o desenvolvimento, o comércio e as dimensões políticas;
  - b. a afirmação da soberania dos Estados ACP para determinar as estratégias de desenvolvimento dos seus países, o que origina a cooperação sob a forma de financiamento directo a linhas do orçamento de cada país;
  - c. o reconhecimento do papel complementar dos actores não estatais no processo de desenvolvimento, o que implica uma atitude mais aberta para as ONG e empresas que a UE e muitos Estados ACP tinham acordado nas Convenções anteriores;
  - d. a previsão que, até 2007, as partes podem assinar novos acordos comerciais compatíveis com as regras da OMC suprimindo entraves ao comércio;



- e. tomar como critério ao mesmo nível que a economia os aspectos políticos da democratização e governação dos países;
  - f. flexibilizar as verbas de acordo com a avaliação do cumprimento dos acordos entre as partes, podendo ser acrescidas ou diminuídas.
6. Julgo que Portugal só tem a ganhar com estas mudanças. E penso assim a partir da especificidade do nosso país:
- .a identidade nacional portuguesa passa por elementos não só do passado histórico com os PALOP, o Brasil e Timor mas também por elementos actuais resultantes das notícias permanentes na rádio, jornais e televisão sobre África e Brasil, da actividade de africanos e brasileiros em Portugal e de portugueses nesses países (o que contrasta note-se com o “desaparecimento” de Macau);
  - .a atitude portuguesa de desconfiança em relação ao Estado
  - .a noção de bem-estar pessoal com procura de acesso ao maior número de recursos com o menor trabalho possível
  - .a tentação de utilização das instituições para benefício pessoal económico ou simbólico
  - .a minimização da necessidade de organização a médio e longo prazo
  - .a organização do exercício do poder, em diversos níveis, de forma “leve leve”
  - .uma enorme tolerância aos erros de vários tipos desde a dimensão pessoal à responsabilidade institucional;
  - .o facto de, em média, em cada 2-3 famílias existir ainda alguém vivo que ou esteve na guerra colonial ou viveu em África
7. Esta identidade portuguesa dar-se-á bem com uma cooperação que procura equilibrar os actores descentralizados com o Estado e com as empresas privadas, procurando chegar directamente às pessoas sem passar, se necessário, por instituições com responsáveis menos sérios.
- Também pode dar-se bem com a nova dimensão do critério político se definir como objectivo para a CPLP ter um mecanismo de “peer review” que construa cada vez mais prestígio internacional para os países que a integram incluindo algum poder militar – como Portugal ensaiou em 1998/99 na actuação da marinha na guerra que envolveu a Guiné-Bissau, o Senegal e a Guiné Conacry.
- E finalmente poderá dar-se bem com acordos comerciais país a país que defendam os interesses portugueses mas procurando que os empresários “de contentor” passem a investimento duradouro.
8. Os sucessivos governos portugueses têm tido momentos bons e outros maus na direcção e organização da Cooperação (sendo os dois melhores Secretários de Estado Durão Barroso – PSD- e Luís Amado –PS- e os piores Lourenço dos Santos – PSD – e José Lamego –PS). Mas em maioria os programas de governo e os respectivos Secretários de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) não foram capazes de formular um projecto global para a Cooperação Internacional de Portugal integrado na União Europeia.
- A situação nova do Acordo de Cotonou e a previsão plausível de que uma das consequências do 11 de Setembro é a necessidade de aumento da cooperação internacional, criam condições para todos os que se interessam pela área com diferentes credos religiosos, políticos e sociais participem num processo de identificação dos objectivos para a Cooperação Internacional Portuguesa que constitua um projecto a prosseguir para além dos ciclos políticos de alternância no poder do partido A ou B.



## V Cooperação para o Desenvolvimento

---

E não penso que nos devemos centrar exclusivamente nos países da CPLP. Num período de 5 – 10 anos temos obrigação de ter uma cooperação de qualidade também com os países do Mediterrâneo e retomar aquilo que Luís Amado ensaiou de projectos com o Mali ou outros vizinhos dos nossos parceiros tradicionais, como a zona de Zinguinchor no Sul do Senegal, o Malawi, etc..

Mas para tal é necessário uma liderança conhecedora e sábia da parte do SENEK capaz de criar plataformas de entendimento entre actores sociais, políticos e da sociedade civil, e dirigir com firmeza o processo, ouvindo todos os intervenientes mas não se deixando desviar do rumo traçado e fazendo uma avaliação permanente e com consequências de tidas as actuações.

9. Temos tido sinais positivos do actual SENEK e da equipa que escolheu para dirigir o IPAD. Também nos parece positivo que o Dr. Luís Amado tenha voltado à área no PS. Esperemos que se consiga, até 2006 e no ciclo seguinte, as mudanças estruturais e a articulação com a União Europeia para cumprirmos esta fase da nossa história.